

Abaixo Assinado:

“Contra as violências, violações e retirada de Direitos dos Povos Indígenas
Carta de denúncia das violências e violações sofridas pelos Povos Indígenas do Sul do
Brasil”

3º Fórum Brasileiro de Direitos Humanos e Saúde Mental - Realização Associação Brasileira de Saúde Mental, sediado por esta universidade.

Nós povos indígenas, presentes no 3º Fórum Brasileiro de Direitos Humanos e Saúde Mental, viemos a público manifestar nossa indignação com os diversos ataques aos nossos direitos sofridos diariamente

Atualmente os povos indígenas do Brasil têm sofrido ataques pessoais, coletivos e comunitários de formas diversas e extremamente violentas. As áreas de maior violência contra indígenas e seus direitos hoje no Brasil são as áreas contíguas à floresta Amazônica, o centro-oeste, especialmente em Mato Grosso do Sul e no Sul do Brasil. Não coincidentemente, estas são regiões dominadas pela exploração agrícola e pelo desmatamento.

Casos de violência extrema têm sido constantemente notificados pelas comunidades, como o caso do ataque promovido por fazendeiros aos índios Gamela, no Maranhão e do assassinato covarde do menino Kaingang, Vitor, no litoral deste Estado. Formas diversas de violência, como ataques individuais ou sob ordem de fazendeiros, ameaças, expulsões, fazem parte do atual cotidiano indígena, agravado, não apenas pela exploração econômica, mas também pela própria impostura dos agentes do judiciário, que, através de uma legislação permissiva, postergam quase que indefinidamente, a homologação das terras. A demora em o judiciário, em cumprir a lei e Julgar as ações contrárias as demarcações das terras, fomenta os conflitos entre indígenas e seus vizinhos, sejam eles posseiros ou mesmo grandes fazendeiros.

A exemplo próximo temos a terra indígena Morro dos Cavalos considerada pelos Guarani, seus habitantes, como terra que representa sua luta pelo reconhecimento de seus direitos fundiários. Aquela área é, desde tempos imemoriais, conhecida da comunidade guarani. Após muita luta política para sua identificação e demarcação, a Terra indígena Morro dos Cavalos espera, há doze anos, a homologação de uma área de ocupação tradicional guarani, e que é uma área representativa de sua luta pela terra, devido a toda articulação política realizada pelos guarani para sua demarcação oficial, e porque representa a longa espera para que o Judiciário cumpra aquilo que está disposto na Constituição Federal de 1988.

Nas últimas semanas, após escrever um parecer favorável à homologação de quatro áreas guarani (que fazem parte de um mesmo complexo - Araçaí) no oeste de Santa Catarina, a quarta turma do Tribunal Federal Regional voltou atrás em seus próprios argumentos, numa atitude quase incompreensível. A homologação destas terras estava já bem argumentada pelos estudos antropológicos que embasaram o laudo, bem como pelos próprios argumentos que o judiciário, havia acatado e defendido. Contudo, entendemos que pressões econômicas e políticas, mais uma vez, interferiram na outorga dos direitos destes Povos.

No noroeste do Rio Grande do Sul e no oeste de Santa Catarina, os Kaingang sofrem pressões dos proprietários rurais e dos políticos locais que agem contra a luta pelos seus direitos fundiários. Áreas de ocupação tradicional que são ainda reivindicadas pelos Kaingang, são alvo de especulação fundiária, ocasionando variadas formas de violência contra as comunidades e as próprias pessoas.

A luta e, especialmente o direito à terra e sua devida regularização, são simplesmente desconsideradas por diversas instâncias de poder. As pressões econômicas e políticas vão além, contudo, de ataques e expulsões: geram formas de preconceito embasadas na ignorância e no desconhecimento das trajetórias históricas destas comunidades e de indivíduos. Muitas formas de violências são verificadas dentro das próprias terras indígenas, sejam elas demarcadas, homologadas, ou apenas identificadas.

Ontem dia 27 de junho de 2017, os Kaingang, bloquearam 5 pontos de rodovias estaduais no Rio Grande do Sul, em protesto contra a forma de nomeação do novo

superintendente regional da Fundação Nacional do Índio (Funai), em Passo Fundo, e em defesa das demarcações e do reconhecimento da tradicionalidade de suas terras. Os cinco pontos de bloqueios estão localizados em Ronda Alta, Iraí, Gentil, Cacique Doble e Erebangó. Os kaingangs também estão ocupando, há cerca de 30 dias, a sede da superintendência da Funai em Passo Fundo, defendendo a abertura imediata de diálogo para debater a indicação do novo superintendente regional e dos coordenadores técnicos locais de Cacique Doble e Porto Alegre. Não houve qualquer diálogo com as comunidades nestes processos de indicação, o novo superintendente, Lauriano Ártico (PMDB), ex-prefeito de Parai, seria uma indicação direta do deputado federal Alceu Moreira (PMDB-RS), presidente da CPI da Funai/Incra, apontado hoje como um dos principais inimigos da causa indígena no país.

O uso de recursos naturais e a exploração da terra são constantes e ameaçam a integridade destas comunidades. A exploração capitalista da terra gera, além de pressões sociais, gera o desmatamento, o envenenamento de águas e da própria terra que são utilizados apenas em nosso país. Também, as construções de grandes empreendimentos públicos, como represas e barragens, têm interferido diretamente no bem-estar das comunidades.

Um caso sério e emblemático, vivem hoje os indígenas Xokleng Laklãnõ, com a Barragem Norte, construída dentro da terra indígena Ibirama para evitar as enchentes nas cidades do entorno, como Blumenau e Brusque. A barragem, construída na década de 1970, sem nenhum estudo sócio ambiental, coloca a comunidade em risco todos os anos. A área de contenção dentro da TI, deixa aldeias ilhadas e sem nenhum acesso, a hospitais e escolas, mas, por diversas vezes impediu a enchente nas cidades vizinhas, justamente ao alagar as casas dos Xokleng. Vê-se o quão violento é este empreendimento, tido como necessário para a segurança de *outras* pessoas.

Atualmente, o sul do Brasil é uma das regiões do país na qual os povos indígenas mais sofrem com a expansão da exploração capitalista da terra. Esta situação econômica e política promove a prática de expulsões de famílias e grupos indígenas de locais de acampamentos, e os constantes embargos legais, levados a efeito por grandes proprietários de terras, à homologação de terras, em total contradição ao que diz a legislação em vigor.

Tais situações, são gravíssimas e afetam fortemente a qualidade de vida e a perspectiva de futuro destes povos; contudo, a pressão econômica e política sobre as terras formas de ódio sobre as populações e as pessoas indígenas. O preconceito é, inclusive, alimentado por políticos e fazendeiros locais ou regionais, criando um clima insano.

O pior, porém, estas atitudes e discursos que põe em dúvida as reivindicações destes povos, e mesmo sua própria identidade, muitas vezes, não são apenas ideológicos e claramente mentirosos; tais discursos têm o apoio da grande mídia, que faz um desfavor não apenas para os povos indígenas, mas para os próprios brasileiros, na medida em que faz avançar um modelo de exploração que efetivamente aniquila as maiores riquezas de nossas terras: a mata, as águas, os animais. Por eles e também, por suas famílias, os povos indígenas lutam, e continuam a lutar pela verdade.

Não menos oportuno é trazer a público o racismo sofrido pelos acadêmicos indígenas nesta universidade. O racismo é estrutural e institucionalizado e tem dificultado a vida dos nossos estudantes e colocado em risco a permanência dos mesmos, gostaríamos de salientar que permanência não é só vaga ofertada, é também acompanhamento social e psicológico.

Os crimes de racismo, praticados por alguns estudantes da UFSC contra os acadêmicos indígenas precisa ser combatido de forma efetiva, educativa e punitiva.